

Senado cortará mais R\$ 26 milhões em gastos nos próximos dois anos

As novas medidas incluem cortes em contratos da Gráfica, da Polícia, do Interlegis e do

Prodasen, totalizando R\$ 26 milhões até 2014. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que,

com os outros cortes anunciados anteriormente, a economia total prevista é de R\$ 296 milhões. Ele

determinou a instalação de um painel com a atualização diária dos recursos poupados. **12**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.835 — Brasília, quinta-feira, 21 de março de 2013



Prefeitos querem diminuir tarifas do transporte coletivo



Gerardo Mengler/Agência Senado

Renan Calheiros (*de pé*) se comprometeu a pautar no Congresso as demandas apresentadas ontem pelos prefeitos

Incentivos fiscais e criação de imposto foram sugeridos como forma de subsidiar passagens

Em reunião com os presidentes do Senado e da Câmara, prefeitos de capitais pediram também a revisão do financiamento do SUS, um novo cálculo das dívidas municipais e outras medidas para o equilíbrio econômico. Renan Calheiros considerou válidas as reivindicações. **3**

ICMS único gera divergência entre secretários de Fazenda 4

Estados pedem aplicação de 10% das receitas da União em saúde 10

Comissão aprova criação de nova região integrada no Nordeste 5

Diretor do Dnit admite não ter funcionários para fiscalizar obras 8

Projeto obriga Anac a receber reclamação de passageiros 9

Aprovada formação da Força Nacional de Defesa Civil

Projeto que autoriza convênios entre União, estados e municípios para mobilizar força especializada na atuação em desastres naturais passou em comissão do Senado. **11**

Fabiano Neves/Agência Senado



Senador Eduardo Braga (E) e deputado José Guimarães (2º à esq.) analisam texto, ao lado do ministro Leônidas Cristino

Ministro defende MP que altera portos do país

O ministro da Secretaria de Portos, José Leônidas Cristino, disse ontem em debate que a MP dos Portos, que prevê maior participação privada no setor portuário, é necessária para atender a demanda crescente de cargas. **6**

21 de março
Dia Internacional da Síndrome de Down

Amor sem limites, isso sim é especial.

Entenda a Síndrome de coração aberto.

SENADO FEDERAL

CPI da Violência contra a Mulher ganha 120 dias

Trabalhos tiveram que ser prorrogados para que deputadas e senadoras da comissão tenham mais tempo para estudar relatório

A PRESIDENTE DA comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), anunciou ontem a prorrogação dos trabalhos da comissão por 120 dias.

Apenas na Câmara dos Deputados, foram conseguidas 241 assinaturas a favor da extensão dos trabalhos — bastaria a assinatura de 171 deputados e 27 senadores.

De acordo com a relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), o relatório final é um documento que precisa ser revisado cuidadosamente pelos integrantes da comissão, o que demanda a prorrogação dos trabalhos.

— Não existe nenhum relatório ou pesquisa no tema da violência contra as mulheres que trabalhe com tantos elementos ao mesmo tempo. Ele está sendo feito a partir de diversos olhares — afirmou.

Ana Rita disse que a CPI aprovou 717 requerimentos



Ana Rita (E) argumenta que o relatório final precisa ser revisado cuidadosamente

de informações aos estados e recebeu 363 documentos como resposta. Segundo ela, vários estados demoraram para enviar os documentos, o que exigiu tempo maior para leitura e análise.

— Os últimos documentos dos estados foram recebidos agora, no mês de fevereiro. Nem todos os estados nos responderam a tempo — disse.

A relatora afirmou que as parlamentares que participam da comissão também precisam de um tempo maior para analisar o relatório antes da votação.

Deputadas presentes à reunião de ontem elogiaram

o trabalho da CPI e apoiaram a prorrogação.

— Precisamos fazer uma revisão cuidadosa para não cometer nenhum equívoco, como divulgar informação que poderá posteriormente ser questionada por alguma autoridade — acrescentou Ana Rita.

Desde a instalação, em fevereiro de 2012, a CPI realizou diligências em 17 estados e no Distrito Federal, visitando variados equipamentos públicos, como delegacias especializadas, promotorias de Justiça, defensorias públicas, casas-abrigo e estabelecimentos prisionais femininos.

Procuradoria da Mulher será criada no Senado

O Senado terá uma Procuradoria Especial da Mulher, segundo projeto de resolução (PRS 2/2013) aprovado ontem em Plenário, horas depois de ter sido acatado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi relatada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A instituição será composta por uma procuradora e duas procuradoras-adjuntas, eleitas entre as senadoras do início da primeira e da terceira sessão legislativa de cada legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à eleição da Mesa. A escolha deve assegurar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares. Em resposta a questionamento de Luiz Henrique (PMDB-SC), Vanessa assegurou que a criação do organismo — já existente na Câmara — não vai gerar despesas extras para o Senado.

Ana Amélia apoia a prorrogação dos trabalhos



Em discurso no Plenário, Ana Amélia (PP-RS) registrou o apoio à decisão de prorrogar a CPI.

— A prorrogação por 120 dias é necessária para que esse trabalho, que foi uma coleta em todo o Brasil dos

índices de violência contra a mulher, tenha uma conclusão adequada à relevância desse tema.

A senadora citou levantamento divulgado nesta semana pelo Conselho Nacional de Justiça que coloca o Rio Grande do Sul como o segundo estado com mais ações de violência contra a mulher, em números absolutos. De acordo com ela, o relatório aponta para a necessidade de criação de mais varas especializadas na Justiça, não só no estado, mas em todo o Brasil.

Mandato de Prestes pode ser devolvido simbolicamente

A CCJ aprovou ontem projeto de resolução que devolve simbolicamente o mandato de senador a Luiz Carlos Prestes, falecido em 1990, e seu suplente, Abel Chermont.

Eleito em 1945 pelo Partido Comunista do Brasil, com a maior votação proporcional da história brasileira até então, Prestes participou da

elaboração da Constituição de 1946 e teve o mandato retirado dois anos depois, quando a Mesa do Senado declarou extintos os mandatos dos parlamentares eleitos por legendas que tiveram o registro cassado, caso do PCB.

“Foi uma das personalidades mais marcantes da história brasileira”, afirma o autor



Ex-senador e líder comunista Luiz Carlos Prestes, falecido em 1990

da proposta (PRS 4/2012), Inácio Arruda (PCdoB-CE). O projeto segue para o Plenário.

Cassol quer preservar salário de servidores de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) apresentou emenda ao projeto de lei que permite a transferência de servidores do ex-território federal de Rondônia para os quadros da União (PLC 2/2013). Ele explicou que atendeu pedido da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Ex-Território Federal de Rondônia, que teme a perda de benefícios como o auxílio-alimentação.



A emenda de Cassol determina que a transposição não resulte em redução de salário, remuneração de soldo, proventos e aposentadoria ou pensão, ou na supressão ou redução de qualquer benefício.

— Minha preocupação é que a emenda seja aprovada no Plenário do Senado, mesmo que com isso o projeto retorne à Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado — afirmou o senador.

Senado assina termo de cooperação com Conselho da Justiça

O Senado e o Conselho da Justiça Federal firmaram na terça-feira uma parceria de intercâmbio e de cooperação técnico-científica e cultural. O acordo tem como objetivo estabelecer a cooperação entre as instituições para desenvolvimento institucional e formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos. O programa será administrado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Assinaram o acordo o presidente do Senado, Renan Calheiros, e, representando o Conselho da Justiça Federal, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Felix Fischer, e o corregedor-geral da Justiça Federal, Arnaldo Esteves Lima. Estiveram presentes à cerimônia o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro, a diretora-geral, Doris Peixoto, e o diretor-executivo do ILB, Antônio Helder Medeiros.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Alfabetização

14h Pauta trancada pelo PLV 2/13, proveniente da MP 586/12, sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

PRESIDÊNCIA Síndrome de Down

9h30 Renan participa de homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down; depois recebe o ministro da Fazenda, Guido Mantega; às 10h30, o prefeito de Palmeira dos Índios (AL), James Ribeiro, e o deputado de Alagoas Edval Gaia; às 12h, o presidente do TCU, Augusto Nardes; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Descarte de medicamentos

8h30 Exame, entre outros itens, de projeto que altera a legislação para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

SUBCOMISSÃO DA COPA Eleição

9h Instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, com eleição de presidente e vice.

CCJ Sabatina de juiz

10h Sabatina do juiz federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, indicado para o Conselho Nacional de Justiça.

CRE Indicações

10h Votação de Lúcio Pires de Amorim para embaixador em Belize, leitura de indicações para delegada em Genebra e embaixadores no Azerbaijão e na Colômbia.

CAE/CI Audiência sobre ICMS

10h O ministro da Fazenda, Guido Mantega, participa de audiência pública sobre a unificação da alíquota do ICMS interestadual, entre outros temas.

SEMINÁRIO/PNE Educação

15h O Núcleo de Estudos e Pesquisas faz o seminário “Plano Nacional de Educação”, com consultor Fernando Mariano da Silva.

PALESTRA Desempenho presidencial

16h30 “Determinantes internacionais do desempenho presidencial na América Latina” é tema de palestra de Daniela Campello, da Universidade de Princeton (EUA).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Prefeitos reivindicam no Congresso incentivos para o transporte coletivo

Em reunião com os presidentes do Senado e da Câmara, gestores municipais pedem mudanças que facilitem o equilíbrio financeiro

A APROVAÇÃO DE incentivo fiscal ao transporte coletivo e a criação de imposto sobre combustíveis para subsidiar tarifas urbanas e metropolitanas foram defendidas por prefeitos de capitais que estiveram ontem com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves.

Os prefeitos querem a instituição do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), que já foi aprovado pela Câmara e tramita no Senado (PLC 310/2009). O regime prevê uma série de desonerações, com redução a zero de contribuições sociais como PIS-Pasep, Cofins e Cide em benefício das empresas de transportes coletivos. Essas concessionárias, na opinião dos prefeitos, poderão transferir para as tarifas pagas pelos usuários a redução dos custos.



Renan (*de pé*) considerou válidas as demandas dos prefeitos e disse que vai pautar as discussões no Congresso

Eles querem também que o Senado e a Câmara aprovem a incidência de um tributo sobre gasolina e álcool para a formação de um fundo que financie a redução das tarifas.

Outro pedido dos prefeitos foi uma revisão da sustentação financeira do Sistema Único de Saúde (SUS). O prefeito do Recife, Geraldo Julio, disse que

até 1988 os municípios eram responsáveis por 44% das despesas com saúde pública, mas hoje bancam 75%.

Segundo os prefeitos, além de contribuir para o equilíbrio do SUS, a União deverá contratar logo, e em caráter excepcional, médicos formados no exterior para atuar no Programa Saúde da Família.

Os representantes dos municípios pediram ainda a dilatação do prazo para o fim dos lixões, previsto na Lei dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Pela lei, as prefeituras têm até agosto de 2014 para acabar com os lixões, mas os prefeitos alegaram não dispor de condições de cumprir a exigência.

Dívidas municipais precisariam ter novo cálculo, afirmam gestores

Os prefeitos querem também a troca do indexador das dívidas municipais, hoje corrigidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) mais juros reais de 6% a 9%. O governo federal já propôs a substituição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros reais de 4%. Entretanto, os prefeitos querem pagar 2% mais o IPCA e também a redução em quatro pontos percentuais do limite de comprometimento das receitas com os pagamentos da dívida.

Os saldos devedores e dos resíduos dos contratos deveriam ser recalculados desde o início da vigência, na opinião dos prefeitos, com a utilização da taxa Selic como teto mensal de encargos. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, disse que a União rola as próprias dívidas com custo efetivo de 7%, enquanto impõe a municípios

juros de 17% (IGP-M mais juros de 9%). Segundo ele, os encargos tornam as dívidas municipais impagáveis.

Os prefeitos pediram ainda a extensão aos municípios de operações de crédito do Programa de Ajuste Fiscal, já previstas para os estados. Querem também que Câmara e Senado retomem a discussão sobre o pagamento de precatórios, diante da declaração da inconstitucionalidade de dispositivos da Emenda 62/2009 pelo Supremo Tribunal Federal. Na avaliação dos prefeitos, estados, municípios e credores, além do próprio Judiciário, estão em um novo impasse sobre o assunto.

Outra reivindicação dos gestores municipais é de revisão da Lei das Licitações (Lei 8.666/1993), da legislação do ISS (Lei Complementar 116/2003) e do marco legal das desapropriações.

Cofins e CSLL podem reforçar os recursos de fundos de participação

O prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM), disse que seus colegas apoiam a proposta dos governadores de ampliar a base do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Hoje o FPE e o FPM são constituídos, respectivamente, por 21,5% e 23,5% das receitas de dois impostos: o de renda (IR) e o sobre produtos industrializados (IPI).

Governadores e prefeitos querem a inclusão nesses fundos de duas contribuições que a União não reparte: Cofins e CSLL. A razão para isso é a contínua redução da participação do IR e do IPI na receita tributária da União. Como uma das razões para a queda está na concessão de incentivos fiscais setoriais pela União, que em geral isentam determinados produtos do IPI, o prefeito de Salvador pediu a criação de um mecanismo

legal que obrigue o governo federal a compensar os municípios a cada desoneração realizada.

O prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, cobrou o fortalecimento do diálogo federativo, com criação do Conselho de Gestão Fiscal e aprovação de lei que institua o Comitê de Articulação Federativa.

Os municípios reivindicaram ainda o reconhecimento da legitimidade de suas entidades representativas para propor ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.

Renan e Alves anunciaram para a próxima semana reuniões com os presidentes das comissões permanentes para verificar quais propostas em tramitação correspondem às reivindicações. O presidente da Câmara disse que algumas propostas poderão ir direto para o Plenário daquela Casa.

Renan diz que reivindicações são consistentes

Depois da reunião, Renan disse que as reivindicações são consistentes e serão pautadas pelo Congresso. Ele propôs, para agilizar o atendimento às demandas, que seja feito um levantamento de projetos nas comissões temáticas da Câmara e do Senado.

Renan declarou que o Congresso precisa mediar uma solução para o pacto federativo, ouvindo prefeitos e

governadores. O diálogo do Parlamento com os governadores iniciado na semana passada, disse Renan, tem sido muito proveitoso.

— O compromisso do Congresso Nacional é com o equilíbrio federativo, com a defesa da Federação. As propostas são exequíveis, e vamos pautá-las — afirmou o presidente do Senado.

Renan destacou que a Casa

já vem adotando medidas para o entendimento, como a criação de um banco de dados sobre informações federativas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a votação que derrubou os vetos parciais à Lei dos Royalties.

Sobre a questão dos royalties do petróleo, Renan disse que ele e o presidente da Câmara discutiram o assunto com o presidente do Supremo

Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Segunda-feira a ministra Cármen Lúcia, do STF, deu liminar suspendendo a nova distribuição dos royalties, que beneficia os estados não produtores de petróleo.

Renan reiterou que vai defender a decisão da maioria dos parlamentares, que derubaram os vetos parciais e querem a divisão dos royalties entre todos os estados.

União deverá ajudar municípios a elaborar plano diretor

A União poderá ter o dever de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para a elaboração do plano diretor local. Projeto aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) prevê o suporte às cidades brasileiras em uma tentativa de amenizar o desequilíbrio federativo.

A proposta agora segue para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário. O PLS 356/2011, de Ana Amélia (PP-RS), altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). A senadora citou a situação difícil de cidades do Rio de Janeiro com as recentes chuvas, devido à ocupação desordenada do solo urbano. E disse que a proposição é oportuna, embora o governo federal seja contrário à aprovação dela.

Vários senadores elogiaram a proposta, como Cícero Lucena (PSDB-PB), que informou ter um projeto semelhante relacionado à questão do gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios, e Lídice da Mata (PSB-BA), que criticou a concentração de recursos na União.

Suplicy defende redução do custo da dívida dos municípios



Marcos Oliveira / Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a reunião de ontem dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, com os prefeitos das capitais. Ele destacou as prioridades dos administradores municipais visando potencializar investimentos, garantir equilíbrio fiscal e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

O senador ressaltou duas reivindicações do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad: a troca do indexador para redução dos custos das dívidas do município com a União e a instituição do programa de ajuste fiscal para municípios, em moldes similares ao que vem sendo discutido para os estados.

Para Suplicy, a Medida Provisória 2.185-35/2001, que estabelece critérios para consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária de responsabilidade municipal, permitiria a isonomia de tratamento entre estados e municípios.

Secretários divergem sobre a guerra fiscal

Unificação da alíquota do ICMS interestadual em 4% enfrenta resistência de representantes dos estados durante debate em comissão mista do Senado

APESAR DO CONSENSO de que é preciso acabar com a guerra fiscal, secretários estaduais de Fazenda que ontem participaram de audiência no Senado consideraram insuficientes as medidas sugeridas pelo governo para encerrar a disputa por investimentos por meio de subsídios com base no ICMS. A unificação em 4% da alíquota do tributo nas transações interestaduais gerou divergências.

A audiência foi realizada pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 599/2012, relatada por Walter Pinheiro (PT-BA), que viabiliza dois novos fundos federais. Um dos fundos deve compensar estados que sofreram perda de receitas com a redução das alíquotas. O outro vai garantir investimentos nos estados mais pobres como contrapartida pela perda da condição de usar o ICMS para atrair novas empresas.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, por exemplo, defendeu a convergência da alíquota para 4% no menor tempo possível, enquanto o governo sugere uma transição gradativa, para chegar a esse valor em 12 anos. Já os secretários da Bahia, Luiz Alberto Petitinga, e de Goiás, Simão Cirineu Dias, querem manter uma diferença permanente a favor dos estados menos industrializados.

— Não temos desenvolvimento suficiente para levar a mercadoria para São Paulo de forma competitiva. Então há que ter uma diferença — justificou Cirineu.

As divergências já haviam



Presidente da comissão que analisa a medida provisória, Walter Pinheiro (2º à esq.) coordena o debate com Petitinga, Eduardo Cunha, Andrea Calabi e Simão Cirineu

sido manifestadas por governadores de sete estados, em audiência realizada na véspera pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta defendida pelos dois secretários, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais o Espírito Santo, devem convergir em dez anos para uma alíquota de 7%. Já os estados do Sudeste e do Sul, sem o Espírito Santo, chegariam nesse mesmo tempo ao valor de 4%. Hoje, os estados mais pobres normalmente aplicam alíquota de 17% nas operações interestaduais, enquanto os mais desenvolvidos podem cobrar 7%.

Revalidação

Calabi afirmou que apenas com uma rápida convergência para a alíquota comum de 4% será possível absorver outra medida do pacote de proposições do governo: a convalidação dos incentivos de ICMS pelos estados que praticaram a guerra fiscal nas últimas décadas. Ele observou que não se trata apenas da legalização dos incentivos passados, mas também da renovação dos

benefícios, em alguns casos por prazos que podem chegar a mais 20 anos.

— Essa revalidação para trás, mais a renovação dos benefícios vigentes, será possível com alíquota de 4%. Se mantivermos uma alíquota

de 7% para o futuro, fica difícil — avaliou Calabi.

Os incentivos precisam ser convalidados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de Fazenda, mas isso depende da flexibilização

de regra que impede a adoção unilateral de incentivos pelos estados. É isso que está sendo proposto no Projeto de Lei Complementar 238/2013, atualmente em exame na Câmara dos Deputados. Depois, o texto será enviado ao Senado.

Pimentel busca saída para insegurança jurídica

José Pimentel (PT-CE) alertou para a necessidade de acordo entre os estados. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais incentivos oferecidos fora do Confaz e deve universalizar esse entendimento. Por isso, ele apontou para a importância de uma “saída ordenada” da atual insegurança jurídica.

— Depois de anulados todos os incentivos, a consequência será a quebra das empresas incentivadas e a responsabilização dos administradores que concederam os benefícios — previu.

As reclamações contra a MP foram feitas basicamente dos secretários da Bahia e de

Goiás. Para o da Bahia, os recursos ainda são reduzidos frente às limitações que os estados mais atrasados vão enfrentar para atrair investimentos sem os incentivos. Por isso, propôs que o fundo específico também conte com receitas de PIS-Cofins.

Já o secretário de Goiás afirmou que as perdas de arrecadação estão subestimadas. Ele disse que há previsão para compensações de até R\$ 8 bilhões por ano, o que representará R\$ 160 bilhões até o fim de 2017. Mas salientou que o Confaz estima perdas anuais de R\$ 15 bilhões, totalizando R\$ 260 bilhões até o fim do período.

Os secretários querem que a perda de receita de cada estado seja corrigida pelo crescimento do PIB nominal de cada ano. O texto da MP se refere apenas ao PIB, o que pode ser interpretado como PIB real, descontada a inflação. Para Cirineu, apenas o PIB nominal pode refletir a base de vendas sobre a qual se calcularia o crescimento das receitas do tributo.

Outra reivindicação é no sentido de dar maior garantia aos fundos, instituindo-os por meio de proposta de emenda à Constituição.

— Senão, a lei orçamentária chega e diz: “Aquele não será respeitada, é uma lei como outra qualquer” — disse Cirineu.

Lídice defende descentralização de recursos da União



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a descentralização dos recursos da União para estados e municípios. Segundo ela,

as discussões sobre a nova divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a unificação do ICMS devem ter como foco o desenvolvimento regional, questão central para o país, na avaliação dela.

— Não adianta ficarmos na discussão do FPE e de um ICMS unificado se nós não discutirmos a necessidade de descentralizarmos recursos para fazer com que o desenvolvimento chegue à população do Brasil que mora nas cidades brasileiras — disse a senadora.

Novas regras do FPE prejudicam Rio Grande do Sul, afirma Paim



Pedro Franco/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) disse que, em conjunto com Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Amélia (PP-RS), pedirá uma reunião

com Walter Pinheiro (PT-BA), que trabalha no substitutivo sobre a partilha do FPE.

— Infelizmente, pela forma atual do relatório, o Rio Grande do Sul vai ser prejudicado.

Segundo Paim, o tempo de transição permite uma melhor adaptação dos estados e um melhor debate no Congresso. Ele observou que, para alguns estados do Norte, o FPE representa mais de 50% das receitas. E advertiu que algumas mudanças podem prejudicar mais do que ajudar.

Flexa pede inclusão de tributos na “cesta” do fundo de participação



Márcio Kolumbe/Agência Senado

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu apoio dos senadores à proposta de emenda constitucional de autoria dele que modifica

o FPE para incorporar Cofins e CSLL, dois tributos que atualmente não são compartilhados pela União com as unidades federadas. A proposta estabelece transição de cinco anos.

O parlamentar argumentou que as medidas de desoneração do IPI tomadas pelo governo federal constituem “cortesia com o chapéu alheio”, agravando as perdas do FPE e aumentando a concentração da economia nos estados mais ricos.

Importação de camarões da Argentina prejudica o Brasil, diz Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou ontem que a decisão do governo de liberar a importação de camarões da Argentina, visando abastecer o mercado nacional, representa um “agrado ao país vizinho” para promover o equilíbrio da balança comercial, mas trará prejuízos ao Brasil.

— Será um duro golpe no setor pesqueiro nacional, já afetado pela entrada do pescado procedente da China e do Japão — alertou.

O senador disse que a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Pesca, o senador licenciado Marcelo Crivella, parecem não estar preocupados com a possibilidade de falência dos produtores. Segundo ele, não há incentivos no Brasil que tornem a produção de camarões competitiva.

Jayme quer apoio a empresas prejudicadas pelas obras da Copa



Pedro Franco/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) pediu compensações para pequenas empresas prejudicadas por obras da Copa do Mundo e da

Copa das Confederações. — Cidades inteiras tiveram as rotinas alteradas em razão de obras reivindicadas pela Fifa.

O senador destacou que, no caso de Cuiabá, o empresariado local teve enormes prejuízos com intervenções de vias públicas.

— Precisamos encontrar alternativas compensatórias viáveis e de rápida execução, antes que empreendedores conheçam a face dolorosa da falência, e trabalhadores, a tragédia do desemprego.

Nordeste pode ser beneficiado com nova região integrada

Comissão aprova criação de região de desenvolvimento que permitirá oferta de estímulos aos municípios. Região do Cariri-Araripe abrange quatro estados e tem potencial na área de mineração

CEARÁ, PERNAMBUCO, PIAUÍ e Paraíba podem ser beneficiados com a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (Rica), aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. A medida abrange 70 municípios dos quatro estados.

O projeto de lei (PLS 122/2009 — Complementar), de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e agora segue para a deliberação do Plenário.

A proposta dá aos municípios incluídos na Rica estímulos ao desenvolvimento sustentável na forma de tarifas, fretes e seguros; linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias; isenções e incentivos fiscais, entre outros. A criação de regiões integradas de desenvolvimento é prevista na Constituição federal.

Na justificativa da proposta, o autor ressalta a importância da área, onde há possibilidade de existência de petróleo, segundo estudos geológicos. Além disso, a área tem reconhecimento mundial pela riqueza natural, como informou. Em 2006, foi incluída na Rede Mundial de Geoparques da Unesco e passou a ser o primeiro geoparque do Hemisfério Sul.

Para Cícero Lucena (PSDB-PB), relator do projeto na CDR, a região precisa dos instrumentos oferecidos pela

Constituição federal para se desenvolver plenamente.

O senador Wellington Dias (PT-PI) elogiou a proposta e ressaltou o potencial econômico da região.

— Ela tem um grande potencial na área da mineração, um grande potencial do gesso, agora, recentemente, descobertas na área de ferro. Acho que há aí um potencial grande. Eles têm uma produção de mandioca, é uma tradição muito forte, e exportam para várias regiões do Brasil — informou.



Inácio (E), autor do projeto aprovado na CDR, que é presidida por Valadares

Codevasf atuará no Vale do Vaza-Barris

Cerca de 750 mil sergipanos e 300 mil baianos podem ser beneficiados pela inclusão do Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), aprovada ontem no Senado. O projeto, que já havia passado pela Comissão de Meio Ambiente

(CMA), agora foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e deve seguir direto para a Câmara.

Uma das autoras do PLS 143/2012, Lídice da Mata (PSB-BA) explica que a Codevasf tem se destacado como uma eficiente empresa pública no desenvolvimento das regiões onde atua. A empresa

incentiva o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos rios que abrange para a agricultura.

O presidente da comissão e um dos autores da proposta, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), citou que 19% dos 75 municípios sergipanos serão beneficiados após a aprovação completa e a sanção do projeto.

Casildo questiona constitucionalidade de desonerações



aplicação da nova regra para distribuição dos royalties do petróleo.

Para ele, da mesma forma que o Rio de Janeiro alega, outros estados são prejudicados por desonerações e isenções de impostos de efeito imediato, que causam impacto negativo nas contas.

O senador identificou inconstitucionalidade em desonerações que impactam as receitas dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Casildo Maldaner (PMDB-SC) refutou o argumento de que o Rio de Janeiro não conseguiria honrar os compromissos devido à

Vanessa pede isenção do STF no julgamento da regra dos royalties



forma imparcial a ação direta de inconstitucionalidade das novas regras de repartição dos royalties do petróleo.

— Se há perdas para alguns, a grande maioria perde com as regras atuais. Espero que os ministros não olhem apenas para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil inteiro — disse.

A senadora reiterou que a versão original do projeto não prejudica os contratos já assinados, mas promove maior justiça na partilha dos recursos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ontem que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julguem de forma

Lindbergh volta a comemorar decisão do STF sobre royalties



terça-feira por Lindbergh Farias (PT-RJ). Para ele, faltou aos estados não produtores equilíbrio e razoabilidade durante a votação do veto da presidente Dilma Rousseff que garante a manutenção das regras para contratos vigentes.

— Eu acho até graça alguém dizer: “Vamos tentar um novo acordo”. Nós tentamos acordo o tempo inteiro — ironizou.

Para o senador, a decisão do STF ensina ao Congresso que é preciso ter respeito pelo pacto federativo.

A decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender parte da nova Lei dos Royalties foi comemorada

Lopes: derrubada dos vetos foi uma burla à Constituição

Na opinião de Eduardo Lopes (PRB-RJ), a decisão liminar do STF de suspender parte da Lei dos Royalties conserta um desrespeito às regras jurídicas.

— Os royalties são um direito adquirido pelos estados produtores — argumentou o senador.

Lopes alertou para os possíveis prejuízos do Rio de Janeiro caso a Lei dos Royalties seja mantida. Ele disse que a derrubada dos vetos pelo Congresso foi uma burla à Constituição e pediu bom senso para encontrar uma saída sobre a distribuição dos recursos para os estados e para os municípios.

Rolleberg destaca ação de fortalecimento dos Procons



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou o governo federal pelo recente anúncio de medidas voltadas à defesa do consumidor, com o lançamento do Plano Nacional de Consumo e Cidadania. Entre as medidas, Rolleberg destacou o fortalecimento dos Procons.

O senador disse que as medidas relacionadas ao plano do governo devem ser incorporadas ao relatório da comissão especial criada para modernizar o Código de Defesa do Consumidor, que é presidida por ele. Rolleberg lembrou que o fortalecimento dos Procons já está sendo trabalhado na comissão.



Fazenda em Planaltina (DF), parcialmente ocupada por trabalhadores rurais

Impasse na definição de prazo para reintegração de áreas invadidas

Fixar ou não prazo para governadores cumprirem decisões judiciais de reintegração de posse em propriedades rurais ou urbanas. A questão permaneceu em aberto após discussão ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto de lei da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) que dá 15 dias para os chefes do Poder Executivo estadual executarem essas sentenças, sob pena de responder por crime de responsabilidade (PLS 251/2010).

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomendou a aprovação da matéria. A exigência do prazo de 15 dias deverá conferir, na avaliação dele, “maior efetividade à sanção legal a ser imposta contra o agente político omissor”.

Foi justamente para barrar “uma afronta ao estado de direito”, caracterizada pela alegada resistência de governadores em executar a reintegração de posse de áreas invadidas, que Kátia Abreu decidiu apresentar o projeto.

Mesmo compartilhando da preocupação de Kátia Abreu em resguardar o direito constitucional à propriedade,

os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Pedro Taques (PDT-MT), Eduardo Lopes (PRB-RJ) e Aécio Neves (PSDB-MG) ponderaram que muitos governadores demoram a executar a sentença de reintegração de posse não por leniência, mas por prudência, já que a retirada dos invasores pode demandar uma operação complexa e acirrar ainda mais o conflito.

Aécio chegou a sugerir a extensão do prazo para 90 dias, com a possibilidade de a Justiça redimensioná-lo em função de um caso concreto, mas não houve acordo para votação da matéria. Seja definido prazo de 15, 30 ou 90 dias, o senador José Agripino (DEM-RN) não abriu mão de um limite temporal para o cumprimento da reintegração de posse, de modo a se afastar o risco de politização do problema.

Ao final da discussão, Kátia Abreu já estava disposta a ampliar o prazo de 15 dias previsto no projeto. Membro da Frente Parlamentar Agropecuária, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu vista da matéria, por entender ser necessário buscar um entendimento entre todos os interessados na questão.

Governo afirma que, sem MP, portos terão de recusar carga

Em audiência pública, ministro da Secretaria de Portos defende aprovação de MP que prevê maior participação privada no setor portuário

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 595/2012, que cria novas regras para a exploração dos portos, modificará definitivamente o setor e dará condições para atender a demanda crescente de cargas, que registrou aumento de 80% entre 2001 e 2012, quando foram movimentadas 904 milhões de toneladas nos terminais brasileiros.

A avaliação foi feita ontem pelo ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, José Leônidas Cristino, em audiência pública com representantes do governo na comissão mista que vai emitir parecer sobre a medida provisória.

Leônidas enfatizou que é preciso modernizar os portos, com a participação da iniciativa privada, para que eles se tornem mais eficientes e competitivos e possam ampliar investimentos que deem conta de movimentar 2,26 bilhões de toneladas de carga em 2030.

Se não houver investimento expressivo, o Brasil não vai ter condições de movimentar cargas já nos próximos anos, insistiu José Leônidas, explicando que a capacidade do país hoje é de 370 milhões de toneladas. Ele garantiu que a MP vai tornar o país mais competitivo no mercado internacional, com o aumento da eficiência portuária, a redução de custos e a atração de investimentos.

Leônidas adiantou que o governo já tem o Plano Nacional de Logística Portuária, o primeiro a ser feito no país, e ressaltou que a MP prevê R\$ 54 bilhões em investimentos nos próximos anos — R\$ 31 bilhões até 2015 e R\$ 23 bilhões em 2016 e 2017. Também estão previstos R\$ 3,8 bilhões em dragagens e R\$ 2,6 bilhões em obras de acesso aos terminais.

A partir da aprovação da MP 595/2012, a Secretaria de Portos vai coordenar o planejamento setorial dos portos. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai regular e fiscalizar os contratos de arrendamento, concessão e autorização, além de realizar os procedimentos licitatórios, a serem assinados pela secretaria. O prazo dos contratos será de 25 anos, renováveis.



A senadora Kátia Abreu (D) defendeu a participação do investimento privado nos portos para superar gargalos

Antaq: competitividade depende da logística

O diretor-geral da Antaq, Pedro Brito, explicou que a competitividade da economia brasileira depende da eficiência da logística dos portos. Ele disse que o padrão vigente no mundo se baseia em portos públicos operados pelo setor privado, com exceção da Inglaterra, que mantém pequenos terminais.

O Brasil, afirmou, tem hoje 36 portos públicos que funcionam com 180 arrendamentos, todos operados pela iniciativa privada, e 29 portos terminais e privados. Nos últimos anos, a China mudou o cenário portuário internacional, desbancou a liderança do Porto de Roterdã, na Holanda, e hoje é dona de quase metade do mundo, disse.

Brito destacou que existe uma diferença na escala do

comércio global, mostrando a dinâmica do fluxo marítimo Leste-Oeste, que engloba Estados Unidos, Europa e Ásia, e que movimenta mais de 85% da riqueza mundial. Esse eixo reúne os 25 maiores portos do mundo e responde por 70% da movimentação internacional de cargas. Isso explicaria a movimentação menor verificada no eixo marítimo Norte-Sul, onde se localiza o Brasil.

— Santos, o maior porto da América Latina, está muito longe dos demais portos europeus. Roterdã movimentou 11 milhões de contêineres, com 450 milhões de toneladas. Santos não chegou a 3 milhões de contêineres nem a 100 milhões de toneladas — afirmou.

A ausência de planejamento público estratégico

consistente para o setor portuário também influi no desempenho entre os portos brasileiros e do exterior.

— Em 2011, Roterdã recebeu 33.681 navios, enquanto Santos recebeu 5.526. A gestão profissional em qualquer porto público do mundo encontra-se focada no planejamento, e os portos brasileiros não têm essa capacidade de geração de caixa para financiar seus próprios investimentos — afirmou.

Brito disse que ainda remanescem alguns gargalos no setor portuário, como a ausência de acessos terrestres, ferroviários e aquaviários; o excesso de burocracia, que representa um custo brutal para as operações do setor; a falta de capacidade financeira, de autonomia, de autoridade e de gestão profissionalizada.

Diretor da EPL teme falência da infraestrutura

Segundo o diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do Ministério dos Transportes, Bernardo Figueiredo, o Brasil vive uma situação grave que compromete a produtividade e indica a falência da infraestrutura do sistema logístico.

— As ferrovias foram construídas há mais de cem anos, sem ter tido modernização. As rodovias são limitadas, a frota de caminhões tem em média 18 anos de idade e os motoristas têm elevado tempo de direção, o que compromete a segurança — afirmou.

Figueiredo disse que é preciso modernizar os portos para que se articulem com toda a cadeia logística.

Segundo ele, o déficit de investimento é da ordem de R\$ 450 bilhões e as prioridades mais graves atingem investimentos de R\$ 200 bilhões.

— O Estado não tem condição de ampliar a sua participação — considerou.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) reiterou que o mérito principal da MP 595/2012 é a abertura dos portos à iniciativa privada. Ela atribuiu as dificuldades do setor “a um conjunto de ineficiências que inclui todas as cadeias e principalmente o governo, por falta de investimento ao longo dos anos, por falta de caixa”.

— Precisamos da iniciativa privada e dos investidores

porque é importante essa complementação. Se os portos do mundo são públicos, a sorte é dos países que têm supercaixa para fazer esses investimentos. Mas o nosso caixa não suporta essa situação e, por isso, precisa do braço do investimento privado para ajudar a superar esses gargalos — disse.

Hoje, às 10h, a comissão encontra-se com os representantes das centrais sindicais na liderança do governo.

A comissão também aprovou requerimento para ouvir os governadores de Pernambuco, Eduardo Campos; da Bahia, Jacques Wagner; e do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, para falar dos portos em operação nos estados.

Juiz indicado ao CNJ fala hoje no Senado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), anunciou para hoje sabatina com o juiz federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, indicado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Relatório de Ana Rita (PT-ES), lido ontem, considerou a indicação apta.

Por isso, foi adiada para 4 de abril a audiência pública para debater duas propostas de emenda à Constituição (PECs 53/2007 e 56/2009) que tratam da taxa dos terrenos de marinha. O debate foi solicitado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator das duas matérias. Também no dia 4, a CCJ vai escolher os novos presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

Foi lido também requerimento conjunto de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) solicitando audiência pública sobre pagamento de precatórios. O requerimento deve ser votado dia 27. Deve participar do debate o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, entre outros.

Presidente da Petrobras será ouvida na CI

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimento de audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster, para debater os resultados financeiros e as perspectivas relacionadas à produção da empresa. O pedido foi apresentado pelo senador Wellington Dias (PT-PI).

A reunião será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou na semana passada requerimento semelhante da senadora Ana Amélia (PP-RS), motivado por entrevista dada por Graça Foster, no início de fevereiro, em que a executiva previu um ano difícil para a empresa. A data da audiência ainda será definida.

Também foi aprovado requerimento de Lobão Filho (PMDB-MA) para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, esclarecer recomendações sobre paralisação de obras. Os senadores aprovaram ainda a prorrogação, por dois meses, da Subcomissão Temporária da Aviação Civil.

Debatedores dão apoio aos incentivos para a indústria

Medida provisória que estimula produção nacional tem aprovação de especialistas ouvidos em audiência pública, mas gera discordâncias sobre prorrogação de regime especial para empresas exportadoras

PARA AVALIAR AS iniciativas de incentivo à indústria adotadas pelo governo federal, a comissão mista que analisa a Medida Provisória 601/2012 fez audiência pública ontem. A MP trata de algumas dessas medidas, como a prorrogação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras; a desoneração da folha de pagamentos da construção civil e do setor varejista; e a dedução do valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Um dos pontos mais discutidos foi a ampliação do prazo-limite do Reintegra, que, com a MP, passa de 31 de dezembro de 2012 para 31 de dezembro de 2013. A secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Heloisa Menezes, explicou que a MP não muda as condições nem as regras do programa, apenas amplia a vigência. Heloisa considerou a medida fundamental para estimular as exportações e criar melhores condições de competição do produto nacional.

Apesar de concordar que a iniciativa é importante, o gerente-executivo de Política

Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, considerou curto o prazo de prorrogação de apenas um ano para o Reintegra. Em seu entendimento, as medidas necessitam de mais "perenidade", a fim de facilitar o planejamento estratégico das indústrias em médio e longo prazos.

— Para manter sua presença no mercado internacional, é necessário que a empresa tenha garantias de que esses mecanismos serão mais permanentes. É necessário um prazo mais longo, pelo menos enquanto não temos um sistema tributário que torne essas medidas dispensáveis — disse Castelo Branco.

A opinião do representante da CNI foi defendida também pelo relator da MP 601/2012 na comissão mista, Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da CNI, que propôs cinco anos como prazo ideal.

— Não há como imaginar uma política de comércio exterior com horizonte de um ano ou oito meses. O agente econômico precisa saber que regras, que condições ele vai ter para fazer seu cálculo empresarial. Portanto, considero a necessidade de ampliar o horizonte temporário do Reintegra. Não há como justificar um prazo curto como esse que foi dado — disse Armando.

Desoneração da folha deve gerar renúncia de R\$ 16 bilhões neste ano

Sobre a desoneração da folha de pagamento de novos setores da indústria, Heloisa Menezes explicou que a medida só foi adotada com a concordância do setor produtivo. Inicialmente, disse, foram desonerados quatro setores. Três medidas provisórias depois (MPs 540/2011, 563/2012 e 582/2012), o grupo subiu para 42. Com a MP 601/12, serão incluídos construção civil e comércio varejista.

Heloisa disse que, para 2013, o valor total de renúncia fiscal desses setores será de R\$ 16 bilhões, sendo R\$ 9,3 bilhões no setor empresarial, R\$ 2 bilhões no transporte e outros R\$ 2 bilhões na construção civil. Para o governo, porém, a desoneração trouxe redução real no custo de produção.

Segundo o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, as medidas têm custo elevado, mas resultados favoráveis. A tributação da folha, disse, cria um custo maior para a produção nacional. Mas Oliveira acredita que 2013 será mais favorável à indústria brasileira, devido aos investimentos.

Armando Monteiro prometeu apresentar um relatório equilibrado, que atenda às necessidades da indústria nacional. O documento deve ser entregue em 17 de abril e votado na semana seguinte, dia 24. Como a MP terá que ser votada até 3 de junho, restarão mais de 30 dias para o exame do relatório.

Críticos da gestão econômica de Dilma são como fantasmas, afirma Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) ironizou ontem críticos da gestão de Dilma Rousseff, como os irmãos José Roberto e Luiz Carlos Mendonça de Barros, a quem chamou de "fantasmas". O senador disse que banqueiros, ex-presidentes do Banco Central e "notáveis da oposição" também fazem parte dessa "coleção de espectros".

Requião lembrou que Luiz Carlos, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das



Comunicações no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que Dilma impôs "condições inaceitáveis" às concessionárias. E o economista José

Roberto teria feito críticas à forma como o governo lida com o setor elétrico.

O senador frisou que não se preocupa com o aumento da inflação, mas com a corrosão da base industrial do país, e não se assusta com a expansão dos gastos públicos, mas com a paralisia das obras.

Anibal diz que avaliação positiva da presidente prova sucesso do governo

Anibal Diniz (PT-AC) destacou, em pronunciamento, os números positivos alcançados pelo governo Dilma em pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O senador disse que o reconhecimento do povo brasileiro ao trabalho de Dilma é justo e reflete o bom desempenho da equipe da presidente.

— Dilma Rousseff tem nível de aceitação superior ao do



ex-presidente Lula no fim de seu mandato. Cerca de 79% do povo brasileiro aprovam o governo. Trata-se de uma reposta segura para quem tem dúvida quanto ao sucesso da atual administração do país — afirmou.

Ele também rebateu críticas sobre a gestão do governo na Petrobras. Anibal destacou recente entrevista dada pela presidente da empresa, Graça Foster, ao jornal *Correio Braziliense*, negando a existência de crise na companhia.

Para Alvaro, os gastos da comitiva brasileira em Roma agridem a pobreza

Os gastos públicos com a viagem da presidente Dilma Rousseff para acompanhar a cerimônia que inaugurou o pontificado do papa Francisco foram criticados por Alvaro Dias (PSDB-PR).

— Ao que parece, foi uma missão de turismo oficial. É uma agressão ao bom senso, à realidade, e sobretudo à pobreza, que não foi exterminada no Brasil como a propaganda oficial tenta insinuar — disse. Ele destacou a repercussão



do assunto em jornais internacionais. Para o senador, a embaixada do Brasil na Itália é grande e poderia hospedar os brasileiros.

Segundo a Presidência, a comitiva ficou em hotel porque o novo embaixador, Ricardo Neiva Tavares, ainda não chegou para ocupar o cargo. A ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social, disse que a comitiva ocupou 25 quartos e não 52, como publicado na imprensa.



Armando (2º à esq.), relator da medida provisória, promete relatório equilibrado

Projeto permite aumentar contratação de aprendizes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que faculta ao empregador contratar aprendizes em número de até 25% do total de empregados. A proposta é de Paulo Bauer (PSDB-SC) e recebeu decisão terminativa da comissão. Por isso, segue direto para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para análise no Plenário.

A Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei

5.452/1943) obriga as empresas a empregarem aprendizes em no mínimo 5% do quadro de funcionários até o limite de 15%, em vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos. O PLS 176/2012 recebeu emenda da relatora, Ana Amélia (PP-RS), para permitir que as empresas que cumprirem esse percentual máximo de contratação (15%) possam contratar como aprendizes mais 10% do total do número

de funcionários.

Ana Amélia ressalta que o jovem encontra dificuldade para ingressar no mercado de trabalho pela alegada falta de experiência formal. A senadora destacou que, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 14% dos jovens brasileiros estão desempregados. Ela também destacou estudo do economista Marcio Pochmann, com base em dados do IBGE, que

não considera esses inativos como desempregados por não estarem em busca de emprego.

— Milhões de jovens brasileiros não trabalham, não estudam nem procuram ocupação regular. Já desistiram de viver sob as normas da sociedade, perderam a capacidade de ir à luta, tornaram-se inválidos sociais. Em grande parte, não há dúvida, é daí que saem as manchetes da violência e do crime organizado — disse.



Iniciativa de Paulo Bauer deve seguir à Câmara sem passar pelo Plenário

Diretor do Dnit admite falta de funcionários para fiscalizar obras

General Jorge Fraxe explicou que trabalho é supervisionado por equipes terceirizadas; audiência foi motivada por falhas em rodovias

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, reconheceu a supervisão de obras como ponto vulnerável.

— Com mais de mil contratos de empreendimentos, o Dnit não tem topógrafo ou laboratorista de solo. É tudo terceirizado — disse, ao explicar que o órgão não conta com equipe própria para supervisionar as obras.

Para superar o problema, Fraxe informou que está sendo alterado o modelo de contrato para supervisão de obras, que passará a responsabilizar a empresa supervisora caso sejam verificados problemas que poderiam ter sido evitados com esse procedimento.

Além disso, observou, as empresas contratadas serão obrigadas a fornecer arquivos eletrônicos detalhados sobre o serviço realizado:

— No dia em que o próprio Dnit, o Tribunal de Contas da União [TCU], a Controladoria-Geral da União ou o inquérito da Polícia Federal desejarem saber como foi pago aquele serviço, haverá um suporte documental.

Investimento

Na opinião de Alfredo Nascimento (PR-AM), se não contar com estrutura própria, o Dnit “pouco andar”.

— Enquanto o governo não der estrutura necessária para esse órgão, dificilmente vamos ter as respostas que esperamos. A gente até faz política com conversa, com saliva, mas obra tem que ter investimento — disse o senador, que foi ministro dos Transportes.



Obra na BR-448, no Rio Grande do Sul: auditoria encontrou falhas em rodovias federais, que são administradas pelo Dnit

A audiência foi proposta por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que pediu esclarecimentos sobre a auditoria do TCU que encontrou buracos e afundamentos em 10 de 11 obras entregues em 2011 e 2012.

Ao comentar o assunto, Jorge Fraxe informou que as empresas responsáveis pela restauração dessas rodovias foram notificadas pelo Dnit e serão multadas caso não façam os reparos, sem custos para o erário.

Em relação à atuação do TCU, o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), citou procedimentos do órgão que, a seu ver, indicam ingerência.

— O fato é que há uma grande distorção no TCU. Criado para ser assessor do Poder Legislativo, passou a ser quase um tribunal superior — disse Collor.

Sérgio Petecão (PSD-AC), por sua vez, defendeu a atuação do tribunal:

— Não podemos generalizar, pois cada caso é um caso. Fico pensando se não houvesse o Tribunal de Contas da União para fiscalizar algumas obras.

Em 2012, empresas devolveram R\$ 21 mi por falhas em estradas

Jorge Fraxe fez um balanço da gestão no Dnit, informando que em 2012 foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 1,2 milhão, por projetos errados. Ele informou que foram devolvidos à União R\$ 21 milhões por empresas responsáveis por falhas detectadas após fiscalização técnica.

Questionado por Valdir Raupp (PMDB-RO), Fraxe informou que a duplicação de rodovias será determinada



Jorge Fraxe, diretor-geral do Dnit, em audiência pública no Senado

por um diagnóstico que será feito a partir de 320 pontos de controle de tráfego.

— A partir de 8 mil veículos por dia, já é questão de duplicação. Se forem 8 mil com caminhões de carga, a duplicação já está atrasada.

Ao responder a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o diretor-geral do Dnit informou que é política de governo não cobrar pedágio das estradas que administra.

— Quero chegar ao nível em que as rodovias do Dnit não vão deixar a desejar em relação a nenhuma concessão, mesmo não cobrando pedágio — afirmou.

O Dnit administra 54 mil quilômetros de malha federal — 48 mil quilômetros estão cobertos por contratos de manutenção, já assinados ou em licitação. Ele assegurou que em dois anos toda a malha federal estará coberta por serviços de manutenção.

Para relator, medida sobre o setor elétrico esgotou efeitos

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 591/2012 aprovou ontem relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO) pela perda de eficácia da matéria e de suas emendas. De acordo com o relator, a MP já cumpriu o papel de tornar possível a prorrogação dos contratos de concessão no setor elétrico.

O parlamentar assinalou que a MP 591/2012 foi editada com a finalidade “pouco usual” de modificar uma medida provisória que ainda estava em tramitação (MP 579/2012), de maneira a tornar mais atrativa a prorrogação das concessões de geração e de transmissão de eletricidade.

A alteração permitiu que as empresas do setor recebam indenizações por investimentos realizados até maio de 2000 que não tenham sido inteiramente amortizados. No entanto, a MP 591/2012 teria exaurido os efeitos quando a MP 579/2012 resultou em projeto de lei convertido na Lei 12.783/2012, incorporando seu conteúdo.

Gurgacz considerou igualmente prejudicadas as 89 emendas apresentadas — nove de autoria de senadores. A matéria segue, agora, para apreciação da Câmara dos Deputados.



Segundo Acir Gurgacz, conteúdo de MP já está contemplado em lei

Instalada comissão da MP da cesta básica e outras três

O Congresso instalou ontem comissões mistas para analisar quatro medidas provisórias.

Duas delas beneficiam diretamente a população mais carente: a que isenta de impostos federais os produtos da cesta básica (MP 609/2013) e a que amplia o Programa Bolsa Família para a superação da extrema pobreza (MP 607/2013).

Ana Rita (PT-ES) foi eleita presidente da comissão responsável pela primeira, que terá como relator o deputado Edinho Araújo (PMDB-SP).

Eduardo Amorim (PSC-SE) presidirá a comissão que analisará a segunda, cujo relatório será feito pelo deputado Assis Carvalho (PT-PI).

Editada em 9 de março, a MP 609/2013 isenta os produtos da cesta básica de impostos federais. O objetivo é promover a redução de 9,25% no preço de carne, café, manteiga e óleo de cozinha e de 12,25% no de creme dental, sabonete e papel higiênico. A redução deve alcançar também arroz, feijão, ovo, leite, açúcar, farinha, pão, frutas e legumes.

Já a MP 607/2013 assegura benefícios para famílias com renda per capita inferior a R\$ 70, mesmo que não tenham filhos com até 15 anos, até então um pré-requisito do Bolsa Família. O objetivo é retirar da pobreza extrema cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Também foi instalada a

comissão sobre a MP 608/2013, que permite às instituições financeiras apurar crédito presumido a partir de provisões para perdas com inadimplência. O presidente vai ser o deputado Cláudio Puty (PT-PA) e o relator é Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Por sua vez, a comissão sobre a MP 606/2013 terá como presidente o deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ) e como relator José Pimentel (PT-CE).

Conheça as medidas provisórias

MP 606/2013

Trata da subvenção econômica ao BNDES para rodovias e ferrovias; aplica o Seguro de Crédito à Exportação às aeronaves exportadas pelo Brasil; altera o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio em faculdades privadas; e atualiza a quantidade de matrículas de pré-escola com oferta de apoio financeiro aos municípios, com a abertura de vagas em instituições filantrópicas sem fins lucrativos.

» presidente: deputado **Alexandre Santos** (PMDB-RJ)

» relator: senador **José Pimentel** (PT-CE)

MP 607/2013

Acrescenta benefício ao Bolsa Família para combater a extrema pobreza.

» presidente: senador **Eduardo Amorim** (PSC-SE)

» relator: deputado **Assis Carvalho** (PT-PI)

MP 608/2013

Permite às instituições financeiras apurar crédito presumido e reforça a prevenção de risco no sistema financeiro.

» presidente: deputado **Cláudio Puty** (PT-PA)

» relator: senador **Cássio Cunha Lima** (PSDB-PB)

MP 609/2013

Isenta de impostos federais os produtos da cesta básica.

» presidente: senadora **Ana Rita** (PT-ES)

» relator: deputado **Edinho Araújo** (PMDB-SP)

Adiada votação de proposta sobre assédio moral

O projeto que pune até com demissão servidor público acusado de praticar assédio moral contra subordinados foi retirado ontem de pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na ausência de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), relator do projeto — PLS 121/2009, de Inácio Arruda (PCdoB-CE) —, foi indicado como relator ad hoc Pedro Taques (PDT-MT).

Inicialmente, Taques fez a leitura do voto — pela aprovação, com emenda — da forma apresentada por Randolfe. A proposta já estava em processo de votação, quando ele resolveu rever esse ponto de vista.

O principal argumento de Taques foi que a Constituição, no artigo 61, reserva à iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre os servidores públicos federais.

Os senadores do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Ataídes Oliveira (TO) se aliaram às ponderações de Taques.

— É preciso analisar melhor a questão da constitucionalidade e a modulação da pena de demissão — recomendou Aloysio.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), chegou a submeter o PLS 121/2009 a novo processo de votação, mas Inácio Arruda considerou “mais correto e ponderado” retirar a proposta de pauta para reexame pelo novo relator.

Correlatos

Diante do questionamento, dois projetos correlatos também foram retirados ontem da pauta de votações da CCJ.

O PLS 358/2009 tem o objetivo de impedir as concessionárias de serviços públicos de ter um antigo ou atual ocupante de mandato eletivo — ou um parente dele, até o terceiro grau — como dirigente, administrador ou representante.

Já o PLC 26/2012 estabelece um manual de conduta para os servidores públicos federais, determinando limites à atuação de servidores de alto escalão, durante e após o exercício da função, para a resguardar informação privilegiada e prevenir ou impedir conflito de interesses.



Aeroporto Internacional de Brasília: projeto facilita apresentação de queixas de consumidor contra empresas aéreas

Passageiro poderá fazer queixa pelo portal da Anac

Vai para a Câmara projeto que obriga agência a manter canal para receber reclamações de clientes contra empresas aéreas

A AGÊNCIA NACIONAL de Aviação Civil (Anac) poderá ser obrigada a manter em sua página na internet espaço para recebimento de reclamações e denúncias de passageiros contra companhias aéreas.

A exigência está prevista no projeto PLS 623/2011, do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator, Jorge Viana (PT-AC), rejeitou uma emenda aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) que determinava a divulgação, na mesma área para registro de queixas,

de indicadores de desempenho das empresas aéreas e dos aeroportos. A rejeição da emenda foi motivada por questionamentos dos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Ao fazer isso, Viana resgatou a intenção original de Sérgio Souza de permitir o acesso do interessado ao andamento da denúncia ou queixa apresentada, para acompanhamento e conhecimento do resultado. As informações prestadas pelos usuários do transporte aéreo deverão ser utilizadas para divulgação de indicadores de desempenho das empresas e dos aeroportos.

“A criação de um sítio na rede mundial de computadores, de fato, torna mais fácil o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos, além de conferir transparência a esse processo. A proposição é meritória e deve prosperar”,

afirmou Viana no parecer.

Na justificativa do PLS 623/2011, Sérgio Souza observou que o crescimento da movimentação de passageiros no transporte aéreo foi acompanhado pelo aumento no número de reclamações dirigidas às companhias aéreas. E lamentou que a dificuldade na apresentação de queixas desestimule muitos consumidores a buscar reparação por cancelamentos e atrasos em voos, overbooking e extravio e avarias em bagagens.

Apesar de o Código Brasileiro de Aeronáutica já tipificar essas práticas como infrações, o autor do projeto alertou para a ausência de disciplinamento para a abertura de um canal de acesso direto entre passageiros e o órgão regulador.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 623/2011 irá para a Câmara dos Deputados.

Comissão discute tema espacial com franceses

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) recebeu ontem parlamentares franceses ligados à política aeroespacial, para estabelecer intercâmbio de informações e cooperação política na área.

Eles foram recebidos pelo presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), e pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que preside comissão similar na Câmara. Perrella destacou a tradição de cooperação entre Brasil e França:

— Há tempos o Brasil utiliza serviços espaciais da França, como o lançamento



Reunião da CCT, que recebeu parlamentares da França para firmar intercâmbio

de satélites, e também tem vários acordos de cooperação firmados com o país.

Ele lembrou que em 2012 a presidente Dilma firmou declaração com o presidente

francês, François Hollande, iniciando conversações sobre satélites de comunicação e observação da Terra, recepção e processamento de imagens e lançadores de satélites.

Primeiro RG digital deverá ser gratuito

A primeira emissão do documento único de identidade, a ser criado pelo governo federal, será gratuita, conforme o projeto PLS 257/2011, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O documento é um

cartão magnético com chip para identificação digital.

O problema, lembra o relator da proposta de gratuidade, Benedito de Lira (PP-AL), é o custo de R\$ 40 por unidade, “de considerável monta para muitos brasileiros”:

— Desse modo, busca-se fazer com que o Estado arque ao menos com a primeira emissão do documento.

O projeto é de Ciro Nogueira (PP-PI). Se não houver recurso para votação em Plenário, será enviado para a Câmara.

Projeto trata de acordos na área de consumo

Acordos entre consumidores e empresários assinados em órgãos de defesa do consumidor poderão ter mais celeridade em casos de litígios na Justiça. É o que propõe o senador Ciro Nogueira (PP-PI), por meio do projeto PLS 68/2013.

A proposta caracteriza como título executivo extrajudicial todo acordo feito perante órgão de administração pública destinado à defesa do consumidor, que isenta o credor da apresentação de qualquer outro título — como ação de conhecimento — para entrar com ação de execução e obter os direitos.

Ao apresentar a proposta, o senador Ciro Nogueira destacou a maior facilidade que o Judiciário poderá ter nas análises necessárias:

— A medida, além de conferir celeridade na solução de litígios, contribui para o desafogamento do Poder Judiciário, sem prejudicar as partes envolvidas. Desde que o fornecedor e o consumidor de bens e serviços celebrem acordo perante órgãos de defesa do consumidor, não vemos sentido, no caso de seu descumprimento, em exigir a propositura da ação de conhecimento pela parte prejudicada.

Hoje, no Código Civil, figuram como títulos extrajudiciais, entre outros, a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture, o cheque, os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, e a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

O projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator. Depois, deve ir para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Ciro Nogueira, autor do projeto sobre os acordos de consumo

Em audiência, secretários estaduais de Saúde dizem que os principais problemas são a falta de médicos e o subfinanciamento do SUS



Presidida pelo senador Moka (3º à dir.), Comissão de Assuntos Sociais ouve os secretários no debate

Rafael Carvalho/Agência Senado

Estados pedem 10% das receitas da União aplicadas em ações de saúde

REUNIDOS ONTEM EM debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), secretários estaduais de Saúde destacaram como maiores preocupações de suas pastas a falta de médicos e de dinheiro.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Wilson Alecrim, a entidade está se mobilizando para colher assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular estabelecendo que 10% das receitas brutas da União sejam aplicadas no Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, o valor varia conforme o produto interno bruto (PIB).

Caso o projeto seja aprovado, disse, poderia haver uma destinação de R\$ 32 bilhões anuais a mais para o SUS, tomando como base os números de 2012.

Falta de médicos

Com relação à falta de médicos no interior, Alecrim disse que o problema se agravou nos últimos 12 anos, tanto em razão do crescimento do SUS quanto do sistema de saúde privado.

— Em 2002, nós tínhamos 16 mil equipes do Programa de Saúde da Família. Hoje, temos 38 mil. Há um déficit declarado pelo Ministério da Saúde de 6.600 médicos. Está

faltando mais de um médico por município só para preencher o que é necessidade nesse programa — disse.

A secretária de Saúde do Tocantins, Vanda Maria Paiva, criticou os critérios de alocação de verbas orçamentárias para o SUS, baseados, segundo explicou, no número de habitantes do estado. Na opinião dela, o governo federal deveria levar em conta também o percentual da população do estado dependente do SUS, e não apenas a população absoluta. Segundo a secretaria, nos estados da Região Norte, cerca de 92% da população é dependente do SUS.

Mobilização

Os senadores Wellington Dias (PT-PI) e Humberto Costa (PT-PE) conclamaram os secretários estaduais de Saúde a se mobilizar com o objetivo de sugerir a criação de um dispositivo legal que preveja a destinação de recursos de royalties do petróleo também para a área de saúde pública, e não apenas para a educação.

Acatando a sugestão apresentada pelo secretário de Saúde de Mato Grosso, Mauri Rodrigues de Lima, o senador Paulo Davim (PV-RN) propôs a realização de uma audiência pública para discutir o problema da “judicialização” na saúde.

Medida contra revenda ilegal de remédio de uso no SUS

Medicamentos e outros produtos adquiridos pelo governo para uso no Sistema Único de Saúde deverão ser identificados para impedir que sejam vendidos ilegalmente. É o que prevê projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Como o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou um substitutivo, o projeto

(PLS 55/2012) será ainda examinado pela comissão em turno suplementar.

De acordo com o texto aprovado, que modifica a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), a forma de identificação dos medicamentos, materiais e equipamentos médico-hospitalares e odontológicos adquiridos com recursos públicos será definida em regulamento específico. O texto original

obrigava a impressão, nas embalagens desses produtos, da advertência e informação: “Venda proibida. Produto de uso exclusivo do setor público” e previa que a determinação fosse incluída na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990). Vanessa concordou com o substitutivo de Jucá.

Na avaliação de Jucá, o projeto vai contribuir para o combate ao desvio de medicamentos

do SUS, um dos grandes problemas enfrentados pela saúde pública, segundo ele. O desafio, agora, disse o relator, é obrigar também estados e municípios a adotarem a identificação nos produtos adquiridos com recursos públicos.

Os senadores Paulo Davim (PV-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Wellington Dias (PT-PI) elogiaram a proposta.

Aprendiz com deficiência em cotas de empresas

O projeto que permite às empresas incluírem aprendizes no cálculo para cumprimento de cota reservada a pessoas com deficiência (de 2% a 5% do total de empregos em empresas com mais de cem funcionários) teve a votação suspensa até a realização de audiência pública para discutir o assunto. A matéria estava na pauta de ontem da CAS, para votação em decisão terminativa.

A audiência foi requerida por Eduardo Suplicy (PT-SP), que considera importante avaliar os aspectos favoráveis e os críticos da proposta (PLS 118/2011). O autor, Ciro Nogueira (PP-PI), argumenta que muitas empresas têm dificuldade em preencher as vagas previstas devido à falta de mão de obra especializada entre as pessoas com deficiência e espera contribuir com a capacitação delas.

Prioridade para deficiente na restituição do IR

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que dá às pessoas com deficiência prioridade na restituição do Imposto de Renda. O benefício, que já é concedido aos idosos, foi proposto por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e recebeu voto favorável de Paulo Davim (PV-RN).

Para o relator do PLS 571/2011, é justo que pessoas com deficiência tenham preferência no recebimento de restituição do imposto, uma vez que “têm necessidades especiais de saúde, o que lhes impõe gastos que oneram sobremaneira o orçamento doméstico”.

Os senadores da CAS aprovaram emendas de redação sugeridas pelo relator, que buscou dar maior objetividade ao texto. A proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Ana Amélia pede que tabela do SUS sofra reajuste

Ana Amélia (PP-RS) fez um apelo em Plenário para que o governo federal reajuste a tabela do Sistema Único de Saúde, (SUS) que fixa os preços de exames de laboratórios de análises clínicas.

Comentando os resultados da audiência pública sobre o assunto, realizada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia citou como exemplo o preço pago pelo SUS do exame de glicose, de R\$ 1,85, que não sofre reajuste há 19 anos.

Ana Amélia solicitou à área técnica do Ministério da Saúde, mediante análise das informações colhidas durante a audiência pública, que estude a possibilidade de promover a correção da tabela do SUS.

— Caso não seja revista, o trabalho dos médicos poderá ser comprometido, uma vez que dependem das análises laboratoriais para fazer os diagnósticos.

Avança projeto sobre crianças em hotéis

Os hotéis terão que alertar sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento que comprove a filiação ou de autorização dos pais para hospedar crianças e adolescentes.

A determinação faz parte de um projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O PLS 702/2011, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), também determina que o poder público veicule campanha publicitária sobre o alerta por cinco anos, nos meses de novembro e dezembro.

— Não é nada incomum que, em ambiente familiar, os pais ou o responsável legal não vejam necessidade de providenciar a carteira de identidade de seus filhos menores. Caso tenham-na providenciado, é comum que não considerem indispensável levá-la consigo quando viajam. O resultado disso são constrangimentos indesejáveis — afirmou.

O relator, Wellington Dias (PT-PI), enfatizou a importância da proposta devido à aproximação de grandes eventos no Brasil.

Jucá: PEC faz justiça às domésticas

Ao comentar a aprovação pelo Plenário da PEC das Domésticas, Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a mudança faz

justiça. A PEC 66/2012, aprovada terça-feira em primeiro turno, precisa ainda passar pela segunda votação.

— Na próxima semana, votaremos o segundo turno, para definitivamente fazer justiça, fazer com que as trabalhadoras e os trabalhadores do Brasil que se dedicam, que trabalham, que cuidam das nossas casas, das nossas famílias, que, enfim, atuam junto aos nossos filhos, aos nossos netos, efetivamente possam ter o reconhecimento, possam ter, merecidamente, aliás, até com atraso, esse reconhecimento e essa igualdade.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ao lado de Aloysio Nunes, Jorge Viana apresenta relatório a proposta de Lindbergh Farias



Lio de Paula/Agência Senado

Comissão aprova formação de força nacional para atuar na defesa civil

Projeto autoriza a celebração de convênios entre a União, estados e municípios para mobilizar força especializada em socorro a desastres

A UNIÃO, OS estados, o Distrito Federal e os municípios poderão firmar convênios entre si para execução conjunta de ações de defesa civil. Essa possibilidade foi aberta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem, com a aprovação em decisão terminativa de projeto de lei (PLS 25/2011) de Lindbergh Farias (PT-RJ) propondo a criação da Força Nacional de Defesa Civil.

A ideia do projeto, segundo o relator, Jorge Viana (PT-AC), é mobilizar um corpo de servidores públicos civis e militares capacitados a atuar na prevenção de danos, prestar socorro imediato a vítimas e recuperar áreas atingidas

por desastres naturais. Para eliminar dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta, Viana apresentou substitutivo para tornar autorizativa a formação da Força Nacional de Defesa Civil.

Voto contra

Os argumentos de Viana foram insuficientes para convencer Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) a desistirem de votar contra o projeto. O representante de São Paulo considerou “inócuo” aprovar uma proposta autorizativa. O mato-grossense ponderou que a questão já é tratada pela Lei 12.608/2012, que regula o Sistema Nacional de Proteção

e Defesa Civil (Sinpdec).

Em contrapartida, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Cassido Maldaner (PMDB-SC), manifestaram apoio tanto à iniciativa de Lindbergh quanto ao parecer de Viana. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), por sua vez, também votou pela aprovação da medida, mas deverá negociar a inclusão de emenda com o relator na reunião da próxima quarta-feira, quando o projeto vai ser submetido a turno suplementar de votação.

Diárias e indenização

Como não deverá ser criado um destacamento específico para as ações nacionais de defesa civil, os servidores com

formação técnica compatível que atuarem nessa frente receberão diária — não incluída nos vencimentos — enquanto estiverem participando do socorro a vítimas de desastres naturais.

O pagamento desse adicional será viabilizado pelo Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), que também vai custear indenização de R\$ 100 mil em caso de invalidez ou morte de servidor vitimado durante atividades de cooperação federativa.

Viana agregou ao substitutivo emenda de Ana Amélia (PP-RS) incluindo os municípios entre os entes federados capazes de celebrar convênios na área.

Política de Defesa passa em Plenário

O Plenário do Senado acolheu o projeto que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional (PDS 576/2012). A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo governo (MCN 83/2012), a Política Nacional de Defesa é “o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do poder nacional”.

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece como fazer o que é determinado na Política Nacional de Defesa. Já o chamado Livro Branco de Defesa Nacional é um documento de caráter público, por meio do qual “se permitirá o acesso à informação sobre o setor de defesa do país”.

O governo assinala que o documento criará “novas oportunidades para o debate sobre defesa nacional”.

O projeto foi aprovado no final do ano passado pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, onde foi relatado por Jayme Campos (DEM-MT).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ana Rita, omissão aumenta danos das chuvas

Ana Rita (PT-ES) afirmou ontem que a omissão do poder público é uma das causas dos problemas que a população enfrenta quando aumentam as chuvas. Nos últimos dias, alagamentos, deslizamentos de terra e desabamentos têm sido registrados na Região Sudeste.

Para ela, além da ocupação desordenada do solo e da falta de planejamento, há a omissão dos governos que permitem o loteamento indiscriminado de áreas de risco sem a infraestrutura necessária. Outro fator, na opinião da senadora, é a falta de intervenções e obras que poderiam evitar alguns dos transtornos decorrentes das chuvas.

Lopes lamenta nova tragédia em Petrópolis

As mortes ocorridas em Petrópolis (RJ), após fortes chuvas no último fim de semana, foram lamentadas por Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador destacou que já foram quase 30 mortes até o momento e expressou solidariedade às famílias das vítimas.

Lopes expressou gratidão especial aos que perderam a vida ao tentar resgatar outras vítimas. Ele mencionou os nomes de quatro pessoas que morreram dessa forma na tragédia e “se destacaram pelo heroísmo e solidariedade”: o jardineiro Nilton Pereira Fonseca, o vendedor ambulante Paulo Roberto Alves Freitas e os agentes da Defesa Civil Fernando Fernandes Lima e Paulo Roberto Filgueiras.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cássio pede medidas para socorrer vítimas da seca no Nordeste

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que tome medidas imediatas para socorrer as vítimas da seca que assola o Nordeste.

— Vou pedir, implorar, que a presidente Dilma adote providências urgentíssimas em relação ao Nordeste — afirmou.

Para o senador, o governo age de maneira equivocada ao atribuir a programas sociais como o Bolsa Família a capacidade de resolver os problemas.

Cássio ressaltou a situação da Paraíba, fortemente atingida pela seca, e lembrou que o Orçamento da União tem R\$ 5,7 bilhões previstos para catástrofes naturais, porém pouco mais de R\$ 420 milhões foram liberados.

Davim quer manejo e preservação de mananciais de água

Paulo Davim (PV-RN) lembrou o Dia Mundial da Água, celebrado amanhã, e destacou a importância do manejo sustentável dos recursos hídricos.

O senador classificou os mananciais de água doce, fadados à escassez, como o bem mais precioso do planeta.

— A expectativa é que daqui a aproximadamente 20 anos o mundo tenha 9 bilhões de pessoas. Isso poderá significar um aumento de até 30% no consumo de água, o que pode gerar em alguns casos uma situação insustentável. Se até 2025 não forem tomadas medidas preventivas drásticas, sobretudo com mudanças no padrão de consumo, dois terços da população global poderão sofrer com escassez de água doce.



Geraldino Migeiro/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Humberto alerta para falta de médicos no país

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que a má distribuição dos médicos pelo país ainda é um desafio. O parlamentar, que propõe um serviço civil obrigatório para ajudar a solucionar o problema, comentou em pronunciamento dados do segundo volume do estudo *Demografia Médica no Brasil*. A pesquisa, divulgada na segunda pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), aponta que o número de médicos para cada grupo de mil habitantes na Região Sudeste é mais que o dobro do Norte.

— O quadro de falta de profissionais é ainda mais alarmante no SUS, e é, portanto, a população mais carente, que usa exclusivamente o SUS, a que mais sofre — disse.

Medidas administrativas, aprovadas pela Mesa, representarão uma economia extra de R\$ 26 milhões nos próximos dois anos

Senado cortará gastos da Polícia, Gráfica, Interlegis e Prodasesen

A MESA DO Senado aprovou novas medidas de redução de gastos, que podem trazer uma economia extra de R\$ 26 milhões para a instituição em dois anos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que serão feitos cortes em contratos da Gráfica, da Polícia, do Interlegis (que cuida da capacitação de assembleias legislativas e câmaras municipais) e do Prodasesen (que lida com processamento de dados).

Na Gráfica, os contratos de mão de obra serão reduzidos em 10% e as tiragens das publicações do Conselho Editorial serão cortadas à metade.

Na Polícia do Senado, será feita redução de 32% no contrato de vigilância.

Haverá economia de R\$ 7 milhões no Interlegis, onde foram canceladas as compras de novos equipamentos para armazenamento de dados e a distribuição de kits de informática para câmaras municipais.

No Prodasesen, foi aprovada a redução no contrato da central de atendimento.

Renan ressaltou que algumas medidas já implementadas, como o bloqueio de 25% das funções comissionadas, vão gerar uma economia de R\$ 13 milhões

por ano ao Senado, valor que superou as expectativas iniciais. Com as novas medidas, a economia total passará a ser de R\$ 296 milhões no período 2013-2014.

— A busca pela austeridade, com eliminação de redundâncias, desperdícios e privilégios, promoverá a reconciliação deste Poder com a sociedade, que anseia por um Parlamento mais enxuto, eficiente e absolutamente transparente — disse Renan.

Painel eletrônico

O presidente determinou a instalação de um painel eletrônico com a atualização diária dos recursos economizados pelo Senado. Renan também informou que quer a Casa contribuindo com políticas públicas do governo, transferindo recursos não utilizados.

De acordo com o primeiro-secretário, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), outra medida aprovada foi a transformação das funções comissionadas (FCs). Ele explicou que será possível transformar três funções comissionadas de menor valor em uma de valor mais alto.

— A medida poderá gerar de 25% a

40% de redução de gastos — afirmou o senador, explicando que o valor de três funções de nível 1 é maior que o de uma função de nível 3.

A Mesa também tratou do planejamento estratégico do Senado. Flexa será o relator da matéria, que deve ser apreciada na próxima reunião da Mesa. O objetivo é modernizar o Senado, com revisão de rotinas, criação de metas e melhorias nos processos de gestão.

Sobre um possível aumento no valor das verbas de gabinete — a Câmara acabou de aprovar uma medida nesse sentido —, o senador negou que haja essa discussão no Senado.

Flexa confirmou a cessão de servidores do serviço médico para o governo do Distrito Federal.

— A diretora do presidente Renan é buscar uma redução no custo do funcionamento do Senado sem perder a eficiência — disse o senador.

A Mesa aprovou a criação da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, ajustes no texto do termo de adesão ao Funpresp (fundo de pensão dos servidores federais) e a política de responsabilidade socioambiental do Senado.

Congresso terá comissão para simplificar legislação federal

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, assinaram ontem ato de criação da comissão mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição.

O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) será o presidente da comissão, que terá como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em discurso no Plenário, Jucá explicou que a comissão examinará matérias conflitantes e leis vencidas, e promoverá o enxugamento e a simplificação das leis vigentes. Segundo o senador, trata-se de uma tarefa grandiosa para o Congresso Nacional. Jucá anunciou a intenção da comissão de criar um site em que será possível a participação popular.

— Estaremos conectados com a sociedade para que o trabalho desta comissão seja o mais produtivo possível. Espero que seja um trabalho que venha a honrar o Congresso e facilitar a vida dos brasileiros — disse.

O texto da Carta Magna de 1988 ainda tem 25 dispositivos pendentes de regulamentação por meio de leis complementares e outros 117 que precisam de regulamentação por lei ordinária. A comissão, composta por seis deputados e seis senadores, terá 180 dias para concluir os trabalhos, com previsão de realização de uma reunião por semana.



João Durval, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Renan Calheiros e Ciro Nogueira: novas medidas elevam para R\$ 296 milhões o corte de gastos em dois anos

Senado analisa proposta de nova forma de tramitação para vetos

Chegou ontem à Mesa do Senado projeto de resolução que muda a contagem do prazo de tramitação dos vetos presidenciais. Pela proposta, aprovada pela Mesa da Câmara dos Deputados também ontem, o prazo de 30 dias para análise dos vetos pelo Congresso começará a contar a partir do seu recebimento, e não mais da sua leitura no Plenário do Congresso. Passados os 30 dias, a pauta do Congresso

ficaria completamente trancada.

O projeto, apresentado pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, precisa agora ser aprovado pela Mesa do Senado, para em seguida ser apreciado no Plenário do Congresso.

A proposta havia sido discutida entre os presidentes das duas Casas, na semana passada. Alves reconheceu, no encontro com Renan Calheiros, que o Parlamento tem “parte de culpa” no

acúmulo de mais de 3 mil vetos sem análise, uma vez que não apreciava os vetos presidenciais. A medida foi considerada então uma forma de “respeito ao povo brasileiro”.

De acordo com a Constituição, o veto presidencial deve ser apreciado em 30 dias. O Regimento Comum determina que esse prazo seja contado a partir do momento em que o veto é lido no Plenário do Congresso.

Casa adere à Hora do Planeta e apagará as luzes no sábado à noite

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, assinou ontem adesão à *Hora do Planeta*, promovida pelo World Wildlife Fund — WWF. O ato de apagar as luzes por uma hora às 20h30 é um gesto de preocupação com o aquecimento global e tem a participação de instituições do setor público e privado em todo o mundo.

No fim de semana, a fachada do Congresso Nacional também receberá iluminação especial, na cor azul, em homenagem ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333